

PRÁTICAS SEXUAIS, CONTRACEPÇÃO E ABORTO PROVOCADO ENTRE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES DE SALVADOR

*Cecilia M. B. SARDENBERG**

RESUMO: Este artigo discute práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador, com base em uma pesquisa sobre processos de empoderamento de mulheres através das gerações. Por empoderamento, entende-se aqui a conquista do controle sobre “nossos corpos e nossas vidas”, incluindo-se aí o exercício pleno da sexualidade. Dentro dessa perspectiva, procurou-se conhecer como (353) mulheres de diferentes gerações, residentes no Subúrbio de Plataforma, vêm avançando nesse sentido. Oferece-se, nos limites deste trabalho, apenas a análise dos dados quantitativos referentes à sua vida sexual e reprodutiva em termos de: a) idade na primeira relação sexual; b) número de parceiros; c) importância do sexo e do orgasmo para as mulheres; d) hábito da masturbação; e) controle sobre o corpo e sexo seguro; f) métodos contraceptivos; g) aborto provocado.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento e práticas sexuais. Contracepção e aborto provocado. Mulheres de camadas populares. Bahia.

Este artigo propõe-se a discutir práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador, cidade na qual se verificam altos índices de internações hospitalares por aborto provocado, e que se revela como a segunda cidade no país em número de mortes em decorrência

* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador – BH – Brasil. 40110-060 – ceciliasard@yahoo.com.br

da prática do aborto clandestino e inseguro. De importância particular para este trabalho é o fato de o risco de mortalidade materna se revelar bem maior nos bairros e distritos pobres da cidade, figurando dentre eles Plataforma, bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde foi realizado o estudo no qual se baseia este artigo.

O estudo se integra a uma pesquisa mais ampla, que teve como objetivo maior investigar e analisar processos de empoderamento de mulheres na Bahia através das gerações. Na pesquisa, trabalhamos a partir de uma perspectiva feminista, tomando empoderamento como o processo de conquista da autonomia por parte das mulheres, um processo que tem aspectos tanto coletivos quanto individuais e que implica tomar decisões de peso, levá-las a termo e, assim, assumir controle sobre nossos corpos e nossas vidas (SARDENBERG, 2008). O que se traduz, também, na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível (KABEER, 1999).

Seguindo essa conceituação, procuramos conhecer como mulheres baianas de diferentes gerações, residentes em Plataforma, têm se valido dos recursos e condições de que dispõem para fazer escolhas estratégicas, conquistando maior autonomia. Investigamos, em especial, questões referentes às oportunidades educacionais, inserção no mercado de trabalho, participação política, relações familiares e exercício da sexualidade, ou seja, dimensões que são comumente tomadas, tanto como fatores quanto indicadores, do processo de empoderamento na vida das mulheres. Neste trabalho, contudo, limito-me à análise de dados quantitativos referentes ao exercício da sexualidade, procurando identificar se novos valores e práticas sexuais e contraceptivas, comumente identificadas com as camadas médias urbanas, vêm sendo assimiladas pelas mulheres incluídas na pesquisa, atentando para os recortes geracionais.

Situo minha abordagem dentro da perspectiva antropológica de teor construtivista, entendendo a sexualidade, enquanto atividade humana, como socialmente construída e realizando-se em um determinado contexto social e cultural, que constrói e orienta, no caso, a expressão do desejo, da emoção e os comportamentos e práticas relativas aos usos do corpo (VANCE, 1995). Apóio-me, destarte, na premissa de que o comportamento sexual não é determinado pela biologia dos sexos, mas sim, socialmente construído e aprendido. Nessa perspectiva, pode-se pensar a sexualidade como a maneira em que pessoas, histórica e socialmente situadas, vivenciam o mundo erótico e se expressam como seres sexuados. Mas, vale ressaltar: discorrer sobre a sexualidade humana é tratar de um fenômeno escorregadio, no mínimo, bastante complexo, cujos contornos mais amplos escapam dos limites deste trabalho. Aqui, singularizo apenas um aspecto da sexualidade, ou seja, as diferentes práticas e valores envolvendo corpos, órgãos e prazeres – comumente, mas não necessariamente, implicando orgasmos (GROSZ,

1994) bem como as práticas e valores pertinentes, tanto à contracepção quanto à promoção da concepção.

Conforme observa Luiz Mott ([2007], p.8): “[...] a realidade sexual é variável em diversos sentidos. Muda no interior dos próprios indivíduos, dentro dos gêneros, nas sociedades, do mesmo modo como difere de gênero para gênero, de classe para classe e de sociedade para sociedade.” É possível, assim, identificarmos modelos de sexualidade feminina (ou masculina) divergentes dentro de uma mesma sociedade de acordo com a classe, ou mudando através do tempo para diferentes gerações de mulheres, cada um implicando práticas sexuais e contraceptivas possivelmente distintas. Enquadra-se aqui, também, a prática do aborto provocado, elo importante entre sexo e reprodução nas sociedades contemporâneas, principalmente no Brasil, onde a legalidade do aborto se restringe apenas aos casos de gravidez resultante de estupro ou de risco de morte para a gestante.

Defendo aqui a necessidade de se pensar a prática do aborto provocado em relação ao exercício da sexualidade, uma vez que, historicamente, as relações entre sexo e reprodução têm se mostrado tão intimamente interligadas, como diz Maria Andréa Loyola (2003, p.876), que permanece praticamente impossível “falar da sexualidade nas sociedades contemporâneas, sem considerar essas relações.” Para essa autora, isso acontece porque, nas sociedades humanas, todos os diferentes momentos da sequência reprodutiva, desde o coito até a socialização das crianças, “são socialmente organizados e controlados”, variando através do tempo e do espaço social. Esses momentos poderão ser organizados de forma distinta, de uma sociedade para a outra e ao longo do tempo, dando margem ao surgimento de instituições e configurações bastante diferentes no tocante à relação entre sexo e reprodução.

Nas sociedades ocidentais, sexo e reprodução têm sido alocados comumente ao âmbito da família, devidamente constituída nos moldes tradicionais a partir do casamento, e sob a égide da heteronormatividade e das bênçãos da Igreja. Mas isso tem se aplicado mais no caso das mulheres; para os homens, sexo e reprodução têm sido quase sempre dissociados, sendo-lhes permitido ter sexo por prazer, fora do casamento, e reservar sexo para reprodução para o âmbito familiar. Em contrapartida, a sexualidade feminina, embora comumente vigiada e circunscrita à reprodução, tem sido menosprezada ou voltada apenas para o prazer masculino, já que os homens foram constituídos, tradicionalmente, como os sujeitos do desejo e as mulheres como seus objetos de prazer. Para ambos os sexos, contudo, tem vigorado a proibição à expressão do desejo homoerótico, condenando-se, também, as práticas sexuais autoeróticas tal como a masturbação.

Ao discutir as normas que regem as relações entre sexualidade e reprodução em seus diferentes momentos, Andréa Loyola (2003, p.877) afirma que elas estão

“[...] relacionadas com formas de organização social, de divisão sexual do trabalho, com os sistemas de representação e, em particular, com relações entre os sexos.” E acrescenta logo a seguir: “Dependendo da configuração desses aspectos num dado momento, é possível falar mesmo em diferentes modelos de reprodução.” Loyola então identifica, em termos analíticos, dois modelos de reprodução e de controle da sexualidade, “na falta de um nome melhor”, um dito “tradicional” e, outro, “moderno”, assim caracterizados:

[...] *tradicional*, baseado no sistema de alianças e em normas estritas de homogamia, no amor conjugal, na indissolubilidade dos laços matrimoniais, numa rígida divisão de trabalho entre os sexos e num rígido controle da sexualidade feminina, na submissão jurídica e social da mulher ao homem, na identidade familiar, na contracepção apoiada na idade ao casar e completamente dependente do intercuro sexual; e em outro, historicamente mais recente ou *moderno*, baseado na escolha individual do cônjuge, em normas relativamente mais flexíveis de homogamia, no amor-paixão, na possibilidade de divórcios e separações freqüentes, numa divisão de trabalho pouco rígida entre os sexos, na liberação (e mesmo valorização) da sexualidade feminina, na igualdade jurídica e social entre os sexos, na identidade individual, no controle tecnológico da contracepção que, no limite, pode dispensar o intercuro sexual para fins reprodutivos. (LOYOLA, 2003, p.877, grifo do autor).

Sabe-se que o modelo *tradicional* vigorou por grande parte da nossa história, lastreando-se na estrutura patriarcal do Brasil-colônia. Entretanto, em termos gerais, pode-se dizer que as mudanças operadas do modelo *tradicional* para o *moderno*, nas considerações de Loyola, já vêm tendo lugar na sociedade brasileira há várias décadas, mesmo que a transição de um para o outro modelo ainda não esteja totalmente consolidada. Note-se, ainda, que essas mudanças dizem respeito, sobretudo, às relações de gênero, sendo de consequência maior para as mulheres, no sentido de avanços para a sua autonomia.

Desde a década de 1960, em especial, testemunha-se o deslanchar de um intenso processo de industrialização e urbanização no país, que vem transformando a vida nas cidades, o cotidiano das famílias, as relações entre homens e mulheres e os valores e atitudes até mesmo nas esferas mais íntimas. Como parte desse processo mais amplo, reestruturou-se o mercado de trabalho e ampliaram-se as oportunidades educacionais para abastecê-lo, surgindo novas possibilidades de inserção das mulheres no ensino médio e superior, e sua participação no mercado de trabalho. Assim, a partir dos anos 1960, as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho em maior escala, vêm alcançando novos níveis de educação

formal, e passam a exercer maior controle sobre sua vida reprodutiva, o que reflete mudanças nas atitudes e práticas referentes ao exercício da sexualidade feminina.

Vale lembrar que desde a década de 1950, com a publicação do Relatório Kinsey, tratando da “conduta sexual da mulher” (KINSEY et al., 1954), seguido dos estudos de William Masters e Virginia Johnson (1975), bem como do estudo de Shere Hite (1980), conhecido por “Relatório Hite”, vem-se construindo um novo discurso sobre a sexualidade feminina, tornando as mulheres também “sujeitos desejanter”. Em especial, esses estudos desvincularam a prática sexual da função reprodutiva, desconstruindo, também, o mito da “frigidez feminina” ao exporem as falácias do suposto “orgasmo vaginal.” Nesse sentido, o Relatório Hite revelou, não apenas que a grande maioria das mulheres americanas admitira não sentir orgasmo nas relações sexuais com seus companheiros, mas, sobretudo, argumentou em favor da masturbação e manipulação genital – algo que não dependia da colaboração de parceiros – como práticas essenciais para o prazer clitoriano e, assim, para o orgasmo feminino. Esses novos discursos sobre a sexualidade feminina chegaram às brasileiras, em grande parte, por intermédio de artigos em revistas, tal como **Realidade**, **Cláudia** e **Ele e Ela**. No entanto, vieram de forma bem diluída, expressando “[...] imagens que destacavam uma sexualidade marcada pelo domínio do ato sexual pelos homens [...]”, de sorte que, apesar de falarem da sexualidade feminina, “o sujeito do desejo apresentado era masculino” (NECKEL, 2006, p.169). Ademais, a despeito das mudanças e dos novos discursos em curso, nos anos 1960 ainda permaneciam “[...] muitos aspectos tradicionais das relações de gênero”, se bem que “alguns já com novas ‘justificativas’ e máscaras de modernidade” (BASSANEZI, 1996, p.45-46).

Em janeiro de 1967, por exemplo, a revista **Realidade** fez história publicando uma edição especial sobre “a mulher brasileira”, com a apresentação de uma pesquisa realizada no final de 1966. Nessa pesquisa, foram entrevistadas 1.200 brasileiras, de diferentes faixas etárias e camadas sociais, residentes em diferentes cidades do país, que responderam a um questionário de cerca de 110 questões. Os resultados foram analisados pela própria equipe da revista, que afirmou estar testemunhando “[...] uma pequena revolução em marcha no mundo das mulheres.” (REALIDADE, 1967, p.21).

A discussão desses dados nos oferece um panorama de como pensavam as mulheres da época sobre diferentes tópicos – homens, família, religião, política, dinheiro, diversões, moral e a mulher e seus ideais –, verificando-se que dentre as jovens universitárias brasileiras participantes da pesquisa, que representavam 6% da amostra, já vigoravam ideias e práticas então bastante avançadas sobre relações afetivas, infidelidade, sexo e aborto. Contudo, enquanto as jovens universitárias, na sua quase totalidade, afirmaram não ter vergonha de falar de sexo, de ser plenamente

normal para qualquer mulher gostar de sexo, discordando da afirmativa de que o “papel da mulher nas relações sexuais é somente satisfazer o marido”, 25% do total ainda confessavam ter vergonha de falar sobre sexo, enquanto porcentagem semelhante afirmava justamente que “o papel da mulher nas relações sexuais é somente satisfazer o marido”. Ademais, 48% acreditavam que mulheres não têm as mesmas necessidades sexuais que os homens, 30% chegando a afirmar que uma mulher “decente” não pode gostar de sexo, sendo também bastante alto (67%) o número de mulheres que ainda defendiam a virgindade ao casar. E, acrescentando-se, menos da metade das casadas declarou “evitar filhos”, embora 19 % do total já afirmava fazer uso da pílula anticoncepcional.

Por certo, a moral cristã tem sido uma importante força de repressão sexual na história das sociedades ocidentais, firmando-se particularmente no controle sobre a sexualidade feminina (BOZON, 2004). É, pois, surpreendente observar que, apesar dessa moral repressiva, ainda bastante forte na época, quase dois terços das entrevistadas admitiram a prática do aborto provocado em “casos extremos”, sendo que uma em cada quatro mulheres na amostra (ou seja, 25%) afirmou já ter provocado aborto. Note-se que essa prática mostrou-se mais comum justamente entre as mulheres com menos instrução, faixa na qual se enquadrava a maioria daquelas que não admitiam o aborto, nem mesmo em “casos extremos”.

De um modo geral, os resultados da pesquisa realizada pela revista **Realidade** contrastam bastante com os obtidos em pesquisas mais recentes sobre mulheres brasileiras, indicando mudanças importantes no tocante aos discursos e práticas relativos à sexualidade feminina ocorridas nos últimos cinquenta anos. Refiro-me, em especial, às pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo, quais sejam, a pesquisa *Mulheres brasileiras nos espaços público e privado* 2001 (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004), e a pesquisa *Mulheres brasileiras nos espaços público e privado* 2010, cujos dados foram recentemente publicados (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). Embora a base de dados da pesquisa de 1966 seja muito distinta das demais (sobretudo no tocante à distribuição regional), é possível identificar algumas tendências relevantes.

Uma mudança importante diz respeito à maior participação das mulheres no mercado de trabalho nas pesquisas recentes, bem como à maior escolaridade das mulheres, verificando-se um aumento notável daquelas com nível superior: de 6%, em 2001, equivalente ao que se registrou na amostra de 1966, para 16%, em 2011. Além disso, na pesquisa mais recente, 65% das mulheres declarou o uso de métodos contraceptivos, 25% utilizando a pílula e 22% a esterilização por laqueadura de trompas, enquanto 77% do total afirmaram conhecer a chamada “pílula do dia seguinte”, 16% já tendo feito uso desse contraceptivo de emergência.

Quanto ao aborto provocado, surpreende, de início, que os índices referentes às pesquisas recentes sejam menores em 2001 (20%) e em 2010 (16%), do que aqueles apresentados nos anos sessenta, quando um quarto das entrevistadas afirmou já ter realizado um aborto. Sabe-se, porém, que aquele estudo se concentrou, em grande parte, nos grandes centros urbanos do sul, ao passo que as pesquisas mais recentes tiveram uma distribuição regional mais equitativa. Ademais, no espaço de quase cinco décadas que separam as pesquisas em questão, houve certamente uma difusão de métodos contraceptivos no país, ainda que não totalmente a contento.

Note-se, porém, que apesar dessa difusão e da permanência da criminalização do aborto, o uso dessa prática ainda assume dimensões consideráveis entre as mulheres brasileiras. Na pesquisa realizada em 2010, 50% afirmou conhecer pessoalmente mulheres que haviam provocado aborto, enquanto 21% revelaram haver na sua família quem já se vira forçada a fazê-lo. As pesquisas recentes evidenciam ainda que, tanto em 2001 (36%), quanto em 2010 (39%), a ingestão de remédio industrializado foi o método mais utilizado, o que por certo responde pelos altos índices de curetagens dentre os procedimentos realizados nas maternidades públicas do país. Como se verá a seguir, essas e outras tendências pertinentes às novas práticas sexuais, contraceptivas e abortivas exercidas pelas brasileiras, reveladas nas pesquisas acima discutidas, também se fazem sentir dentre as mulheres que entrevistamos no estudo realizado em Plataforma, bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

As mulheres de plataforma

Atualmente, Plataforma comporta uma população de mais de 60.000 habitantes, constituída, na sua maior parte, por trabalhadores envolvidos em atividades ditas informais, que vivenciam a falta de infraestrutura básica, altos índices de desemprego e níveis crescentes de violência urbana, tão comum às grandes cidades brasileiras. Trata-se, porém, de um dos mais antigos bairros de Salvador, estando sua ocupação e o posterior crescimento vinculados à história da São Braz, uma fábrica de tecidos fundada em 1875 e desativada em 1959, mas ainda importante na memória da comunidade. A fábrica empregava, em sua maioria, uma força de trabalho feminina, o que conferia maior importância às mulheres no grupo doméstico e o conseqüente enfraquecimento da autoridade do pai/marido sobre elas, dando margem a relações de gênero mais igualitárias no âmbito familiar. Com o fechamento da fábrica, contudo, boa parte dessa mão-de-obra feminina, que começava a criar bases de empoderamento, foi dispensada, desencadeando uma série de mudanças no cotidiano das mulheres, nas relações familiares e na vida do

bairro (SARDENBERG; CAPIBARIBE; SOUZA, 2008). No entanto, na década de 1980, a partir de sua experiência nos “clubes de mães”, as mulheres do bairro se organizaram, destacando-se por seu desempenho nas lutas por bens de consumo coletivo e ganhando expressão no movimento de associações de bairros de Salvador.

Tive oportunidade de desenvolver pesquisas em Plataforma durante a década de 1990 (SARDENBERG, 1997) e, novamente, em 2004-2005 (SARDENBERG; GONÇALVES DA SILVA, 2006), retornando no período de 2008-2009 para realizar o estudo de que trata este artigo (SARDENBERG; CAPIBARIBE; SOUZA, 2008; SARDENBERG, 2010). Tentando trabalhar, na medida do possível, com mulheres integrantes das unidades domésticas visitadas na pesquisa realizada em 2004, mas ainda residentes no bairro, chegamos a um universo de 353 mulheres¹. Dentre elas, incluímos mulheres, dos 15 aos 90 anos, assim distribuídas: 36% na faixa dos 15 aos 29 anos, correspondendo à geração nascida a partir dos anos 1980; 38% de 30 a 49anos, da geração nascida de 1960 a 1979; 19% de 50 a 69 anos, representando a geração dos anos 1940 e 1950; e 7% com 70 anos ou mais, correspondente às mulheres nascidas antes dos anos 1940. A faixa etária, como indicador de geração, revelou-se como fator relevante desde o início, permitindo-nos identificar mudanças no tocante a oportunidades educacionais, inserção no mercado de trabalho, participação política, relações familiares e exercício da sexualidade através das gerações.²

Uma das mais importantes mudanças verificadas, e que acompanha tendências observadas no âmbito da sociedade nacional, refere-se ao maior grau de escolaridade das mulheres nas faixas mais jovens. Entre as mais velhas, a média de escolaridade ficou no primeiro grau menor, o que equivale ao primário para aquelas com mais de 50 anos; já dentre as mais jovens, na faixa dos 15 aos 29 anos, 42,5% concluíram o ensino médio, 4,7% estão cursando uma faculdade, e 3,1% já conseguiram o diploma de nível superior.

Em contrapartida, apesar da importante história da luta das mulheres de Plataforma no movimento de bairros de Salvador, atualmente, poucas são as mulheres que se envolvem em ações coletivas. Na verdade, a participação feminina

¹ Plataforma é sub-dividido em 22 (vinte e dois) setores censitários, mas, para dar continuidade aos estudos anteriores, que se centraram no núcleo original, onde se ergueu a vila operária, delimitamos nossa amostra aos setores censitários correspondentes, quais sejam: 34, 37, 38, 40, 48, e 49. Foram sorteadas um total de dez ruas desses setores, sendo selecionadas, aleatoriamente, as casas a serem visitadas, procurando-se entrevistar todas as mulheres residentes com 15 anos ou mais.

² 87% das entrevistadas foram identificadas como “negras” (pretas e pardas), um índice que se coloca um pouco acima do correspondente à população negra de Salvador (81%). A variável “cor”, contudo, não se mostrou como o fator mais relevante nos resultados obtidos, da mesma forma que as diferenças de renda foram praticamente descartáveis, tendo em vista que cerca de 75,0% das entrevistadas declararam renda média de 1 a 2 salários mínimos, não havendo diferenças em termos dos grupos de cor nessa tocante em nossa amostra.

em grupos vem se resumindo quase que tão somente aos religiosos das igrejas evangélicas. Note-se que embora o intervalo entre nossas duas últimas pesquisas não passe de três anos, pudemos detectar mudanças na religião declarada das mulheres entrevistadas: a proporção daquelas que se professaram Católicas caiu de 54,3% em 2005, para 45,3% em 2008, enquanto, no mesmo período, a proporção de Evangélicas (incluindo-se aí, Testemunhas de Jeová), subiu de 30,3% para 31,7%, respectivamente. Contudo, houve também uma ligeira elevação – de 12,0%, em 2005, para 13,6%, em 2008 – entre aquelas que se declararam “sem religião.” Assim, ainda que cerca de 3 em cada 10 mulheres agora professem religiões nas quais se prega a obediência das mulheres a seus maridos, e que se impõe a elas uma moral ainda mais rígida do que a católica, a proporção daquelas que abraçam ideologias mais secularizadas, senão progressistas, parece estar aumentando em um ritmo ainda maior. Assim mesmo, nos surpreendeu a receptividade das entrevistadas, de todas as idades, para a discussão de questões relativas ao exercício da sexualidade. Apesar da resistência de algumas mulheres (evangélicas) – uma delas chegando a proibir que suas filhas fossem entrevistadas – em geral, as mulheres com quem conversamos falaram sobre sexo com naturalidade.

Um ponto importante em nosso estudo foi a maior precocidade no primeiro namoro e iniciação sexual, à medida em que se avança das gerações das mais velhas para as mais jovens, confirmando algumas tendências das pesquisas nacionais nesse sentido. Por exemplo, para parcela expressiva (46,0%) das mulheres da geração nascida a partir de 1980, o primeiro beijo na boca foi trocado em torno dos 12 anos de idade – enquanto para as demais gerações isso aconteceu depois dos 14 anos. Da mesma forma, a primeira relação sexual para 66,3% das mais jovens aconteceu antes dos 17 anos de idade, sendo que para 18,3% das mulheres na faixa, isso teve lugar perto dos 14 anos. Já para a maioria das mulheres nas outras faixas, a iniciação sexual só aconteceu depois dos 18 anos, o que se coaduna com os achados das pesquisas nacionais discutidas anteriormente.

Cabe aqui ressaltar que os índices registrados sobre a idade na primeira relação sexual das jovens em nosso estudo estão um pouco abaixo daqueles obtidos em outros estudos sobre a sexualidade de jovens em Salvador, com destaque para a pesquisa sobre Gravidez na Adolescência (GRAVAD), que encontrou uma média de 18 anos de idade para a iniciação sexual das jovens baianas (BOZON; HEILBORN, 2006). Note-se, aliás, que “18 anos” é a idade ideal em que, na opinião da maioria (52%) de nossas entrevistadas, deve acontecer a iniciação sexual das mulheres – se bem que, entre as mais jovens, tal opinião só foi emitida por 37,8% das mulheres na sua faixa etária.

Possivelmente, isso se deva ao fato das mais jovens em nosso estudo disporem de acesso a diferentes fontes de informações sobre sexo, tais como, a escola (46,7%),

com familiares (41,3%), amigas (27,1%), televisão (20,7%) e revistas (16,2%), nessa ordem de importância. Tal acesso não existiu para as mais velhas. Pelo menos, segundo nos informaram as mulheres nas demais faixas etárias, as fontes de informação ao seu dispor se mostraram bem mais limitadas, as amigas se revelando como fonte principal, seguidas pela escola – à exceção das mulheres mais idosas, acima dos 70 anos, que não tiveram nenhuma informação sobre sexo na escola, e muito pouca de familiares (6,7%), obrigando boa parcela (37,5%) a aprender tudo sozinha, por assim dizer, “na prática”.

Vale considerar que, nas últimas décadas, assistiu-se ao desenrolar de um processo de banalização do sexo, com cenas de sexo ou de outra feita ditas “eróticas” entrando sala adentro em nossas casas pela TV nas novelas das oito, explicitadas nas letras de pagodes e simuladas nas danças hoje em voga, o que contribuiu para que o sexo perca qualquer aura de mistério e se torne lugar comum. Sem dúvida, isso abre caminho para maior precocidade na iniciação sexual das jovens, bem como para a experimentação com diferentes parceiros. No nosso estudo, porém, a maioria das entrevistadas declarou ter tido, no máximo, dois parceiros sexuais, sendo que, as proporções de mulheres, que assim responderam, aumentam de acordo com a faixa etária: 57,5% dentre as mulheres de 15 a 29 anos, 60,0% de 30 a 49, 81,2% de 50 a 69, e 87,5% entre as maiores de 70 anos. Nesta faixa, aliás, 70,0% só tiveram um parceiro, ao passo que, entre as mais jovens, a proporção das que declararam um parceiro apenas foi de 36,2%, sendo que 10,9% afirmou já ter tido de 5 a 9 parceiros.

Ressalte-se, contudo: contrário ao mito da “hiperssexualidade” das brasileiras, principalmente das mulheres negras, já desbancado no estudo coordenado por Maria Luiza Heilborn, verificou-se que grande parte de nossas entrevistadas desfrutaram de um parceiro sexual regular, essa proporção chegando a 74,7% entre as mais jovens, e alcançando 94,2% das mulheres na faixa dos 30 aos 49 anos, independente do seu estado conjugal. Por outro lado, verificou-se, também, dentre as entrevistadas, a grande maioria de mulheres que se autodefiniram como “heterossexuais”. Na verdade, apenas uma mulher se identificou como “lésbica”, e somente uma como “bissexual”. (HEILBORN et al., 2006)

Tendo em vista aspectos da moral cristã, que difundiu nas culturas ocidentais a noção da sexualidade como algo imoral, sobretudo para as mulheres (BOZON, 2004), perguntamos às mulheres em nossa pesquisa para quem o sexo era mais importante, se para homens ou para mulheres. Seria, pois, um indício da “destraditionalização” dos valores e costumes (GARCIA; MINELLA; GROSSI, 2010), o fato da maioria de nossas entrevistadas, de todas as faixas, ter alegado a importância do sexo, tanto para homens quanto para mulheres? Nesse ponto, vale destacar: enquanto nas faixas mais jovens impera a noção de que sexo é um meio de se ter prazer, entre as mais velhas ainda tem expressão a ideia de que sexo “é uma

obrigação para com o parceiro”, sendo que 41,8% das mulheres na faixa dos 50 aos 69 anos pensam assim, essa proporção alcançando 56,0% daquelas com 70 anos ou mais. Mas ressalte-se: em todas as faixas etárias de nosso estudo, são principalmente as mulheres que se declararam evangélicas as que vêem o sexo como “obrigação”.

A despeito disso, nossas entrevistadas se manifestaram afirmativamente, em todas as faixas etárias, sobre a importância do orgasmo, o maior índice (93,8%) verificando-se entre aquelas de 30 a 49 anos, e o menor (75,0%) entre as acima dos 70 anos, algumas destas, diga-se de passagem, não sabendo exatamente do que se tratava. Foram também expressivas as porcentagens das que afirmaram já ter experimentado o orgasmo, com o pico (89,8%) entre as mulheres de 30 a 49 anos, e as menores porcentagens entre as mais velhas (54,2%), mas mesmo entre elas representando a maioria. Aliás, a importância do orgasmo feminino para as mulheres de nosso estudo se reafirma também no fato de que uma relativamente considerável parcela confessou ter “fingido o orgasmo”, essa parcela chegando a representar 63,5% das mulheres na faixa dos 30 aos 49 anos. Note-se que 20,0% de mulheres nessa mesma faixa etária declarou ter sido criticada por sua *performance* sexual, embora os índices mais altos recaiam na faixa de mulheres acima dos 70 anos.

Vale aqui observar que esses resultados se assemelham aos obtidos por Olga Garcia (GARCIA; MINELLA; GROSSI, 2010) em pesquisa de cunho qualitativo, desenvolvida com mulheres em Santa Catarina que buscam ajuda por suposta “disfunção sexual”. Muitas dessas mulheres revelaram “fingir o orgasmo” para não serem rotuladas de “problemáticas”, ou “frígidas”, por seus parceiros, o que evoca as colocações de Roselane Neckel (2004) sobre a obrigatoriedade do orgasmo nos novos discursos sobre a sexualidade feminina. Isso leva muitas mulheres, possivelmente também as do nosso estudo, a “fingirem orgasmo” para não serem criticadas por sua *performance* sexual.

De toda sorte, é interessante chamar atenção para as considerações de Alessandra Chacam e Mônica Maia (2004) quanto ao “discurso de uma felicidade geral na cama”, reinante na sociedade brasileira; estará esse discurso também se difundindo entre as camadas populares, como nossa pesquisa parece indicar? Estariam nossas entrevistadas expressando apenas o que delas se espera, ou seja, delírios orgásmicos em resposta à *performance* de seus companheiros? Talvez um ponto importante a considerar nesse sentido esteja no fato de que, apesar dos altos índices de mulheres que declararam ter orgasmo, relativamente poucas admitiram já ter experimentado a masturbação, o que pode ser indicativo de que nossas entrevistadas estejam sob a influência do mito do orgasmo vaginal. Note-se que, embora o maior índice (26,1%) daquelas que já experimentaram a masturbação recaia na faixa das mulheres de 30 aos 49 anos; é, porém, entre as mais velhas (18,2% de 50 a 69 anos, e 20,0% entre as com 70 anos ou mais), ou seja, entre aquelas já

viúvas ou sozinhas, que se encontram as maiores parcelas das que admitiram ter o hábito da masturbação.

Pensando em termos do maior controle das mulheres sobre seu corpo, como um processo de empoderamento, dentre as mulheres entrevistadas, que declararam ter um parceiro regular, apenas pequena parcela afirmou manter relações sexuais, mesmo a contragosto, ao passo que proporções relativamente consideráveis se recusam a fazê-lo, essa proporção alcançando 48,5 % na faixa dos 30 aos 49 anos, e 38,6% na faixa dos 15 aos 20 anos. Não foram poucas também as que afirmaram ter dado desculpas – a velha desculpa da “dor de cabeça” – para não ter que ir para a cama com o companheiro, essa parcela sendo mais expressiva justamente entre as mais jovens (18,1%). Registramos, também, a denúncia do estupro conjugal, vivenciado por uma das respondentes (da faixa dos 30 aos 49 anos) há mais de 10 anos, como parte de um relacionamento violento em todos os aspectos, ainda não rompido pelo medo da reação do companheiro.

Já no tocante ao **sexo seguro** com uso de preservativos, mais de 50,0% das jovens declarou usar a camisinha masculina, adquirida, segundo 80,0% dessas respondentes, pelo seu parceiro, e a decisão sobre o seu uso, segundo 70,0%, de comum acordo do casal. Na faixa de 29 a 49 anos, contudo, apenas 23,1% declararam usar camisinha masculina, nos termos semelhantes aos da faixa mais jovem, as demais alegando o **não uso** pelo fato de serem casadas ou terem parceiro fixo. Acrescente-se aqui que somente duas mulheres declararam usar **camisinha feminina**: uma das respondentes na faixa dos 29 aos 49 anos, e a outra na faixa seguinte (50 aos 69).

Essa parece ser uma boa solução, vez que a negociação do uso do preservativo masculino, como acontece para as brasileiras como um todo, não parece ser fácil para as mulheres incluídas em nossa pesquisa. Dentre elas, 27,2%, ou seja, um pouco mais de uma entre quatro mulheres do total de respondentes admitiu já ter encontrado companheiros que se recusaram a usar camisinha masculina. Mas, enquanto mais de 50% das mais jovens, nessa situação, afirmou ter se recusado a manter relações com esses parceiros em potencial, a porcentagem daquelas nas demais faixas que mantiveram relações, assim mesmo, foi considerável: 38,1% na faixa dos 30 aos 49 anos, e 83,3% na faixa dos 50 aos 69 anos (as mais velhas afirmaram nunca ter vivenciado essa situação).

Deve-se ressaltar que os preservativos têm maior importância dentre as mais jovens, mas não necessariamente como arma contra as doenças sexualmente transmissíveis. Na verdade, para 38,1% das jovens em nossa pesquisa, que declararam utilizar método contraceptivo, a camisinha masculina se destaca como o principal. Não ao acaso, 27,6% das jovens já tomou a chamada **pílula do dia**

seguinte, essa proporção sendo bem menos expressiva nas demais faixas etárias (14,2% na faixa de 30 aos 49 anos, 7,5% na de 50 aos 69 anos e nenhuma na faixa das mais velhas, o que se explica pelo fato de que a pílula ainda não estava disponível durante a época da sua fase reprodutiva, o mesmo acontecendo com as mais velhas da faixa anterior).

Cabe observar: na faixa das mais jovens, 29,1% não são ativas sexualmente, enquanto 16,5% não usam nenhum tipo de método contraceptivo. Dentre as que o fazem, 60,0% preferem a pílula anticoncepcional, método este também de preferência de 26,1% das mulheres de 30 aos 49 anos, e de 5,3% das que estão na faixa seguinte. Já os índices das que declararam ter feito ligadura de trompas (esterilização) são inversamente proporcionais aos do uso da pílula: 75,0% dentre as mulheres de 50 a 69 anos, 39,3% na faixa dos 30 aos 49 anos, e 2,8% entre as mais jovens. Esses índices são superiores aos verificados na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2011) em 2010, o que reflete, com certeza, a condição de classe das mulheres em nosso estudo, sendo a oferta de ligadura de trompas em troca de votos uma estratégia bastante comum de políticos nas Regiões Norte e Nordeste do país.

Debruçando-nos sobre esses dados e os resultados do nosso levantamento, bem como sobre informações adicionais obtidas no curso da pesquisa, pudemos identificar um padrão no tocante ao curso de vida sexual e reprodutiva das mulheres de Plataforma. Sua iniciação sexual ocorre em torno dos 16-17 anos, com uso da camisinha masculina como contraceptivo, a pílula do dia seguinte sendo utilizada quando a camisinha falhar. Com uma relação mais estável com o companheiro, passam para o uso da pílula anticoncepcional e, depois do nascimento de um ou dois filhos, já entrando pela casa dos 30 anos, partem para a laqueadura de trompas. Mas, por certo, uma gravidez não planejada pode acontecer em todas as idades durante o período da vida reprodutiva, levando a mulher a provocar um aborto.

Em 2007, por exemplo, foram realizadas em hospitais da rede pública de Salvador 8.387 curetagens, o que corresponde a uma média de 699 curetagens “por mês, 23 por dia e 1 a cada hora” (IM AIS, 2008, p.3), ocupando, a curetagem, o segundo lugar dos procedimentos realizados com maior frequência nas maternidades públicas da cidade. Trata-se, como se sabe, de um procedimento realizado em mulheres que provocam o abortamento com o uso do misoprostol (Cytotec), remédio com efeitos abortivos bastante utilizado pelas brasileiras, em que pese a proibição da sua comercialização para esses propósitos e a intervenção do tráfico de drogas para a sua distribuição. Note-se que o levantamento acima referido também verificou ser o aborto a primeira causa de óbito materno em Salvador, sendo que “[...]77% desses abortos foram induzidos e 40% deles ocorreu em adolescentes” (IM AIS, 2008, p.3). O estudo mostrou, também, que as maiores taxas de morte materna devido ao

aborto provocado correspondiam aos bairros periféricos de Cabula/Beirú, Brotas e Subúrbio Ferroviário.

A pesquisa GRAVAD revelou que 10,5% das moças baianas na pesquisa relataram já ter praticado aborto, 19% dos seus conterrâneos admitindo que já tiveram parceiras que assim procederam, porcentagem essas que se colocaram bem acima do observado nas demais capitais. Destaque-se, porém, que a incidência de gravidez e aborto observada, principalmente em Salvador, mostrou-se menor entre jovens das camadas populares, segmento social que, na mesma pesquisa, também esteve associado ao menor uso de contraceptivos à época da gravidez. Fato esse que, dentre outros fatores, pode ser explicado quando se considera que nessa cidade, os serviços de saúde também foram menos citados pelas jovens como fonte de informação sobre gravidez e contracepção (BOZON; HEILBORN, 2006).

Trabalhando com os dados da GRAVAD, Greice Menezes (2006), em sua tese de doutorado sobre a prática do aborto entre mulheres de diferentes camadas sociais de Salvador, ressaltou que enquanto a criminalização afeta as jovens das camadas populares, a prática do aborto é quatro vezes maior entre aquelas das camadas médias e altas. Mesmo em face dessas informações, estranhamos encontrar em nosso levantamento apenas 26 mulheres – o que corresponde a 7,3% do total – que declararam ter provocado o aborto, assim distribuídas: 5,5% de 15 aos 29 anos, 8,2% de 30 aos 49, 7,4% de 50 a 69, e 12% dentre as mulheres acima dos 70 anos. Nenhuma de nossas entrevistadas declarou ter feito aborto legal, e somente duas relataram ter realizado o aborto em uma clínica. As demais fizeram uso de chás caseiros, predominando, porém, principalmente entre as mulheres abaixo dos 50 anos, o uso do misoprostol (Cytotec) – usado por um total de 18 mulheres dentre as 26, ou seja, por 69,2% das que admitiram provocar o aborto – seguido da busca de assistência na rede de pública de saúde nas instâncias de hemorragia, para a realização das curetagens.

De fato, segundo os comentários feitos pelas entrevistadas e registrados nos diários de campo da equipe, pode-se deduzir que suas trajetórias de abortamento provocado não diferem das de outras mulheres residentes em Salvador em semelhantes circunstâncias, em que percorrem “[...] um caminho silencioso e sigiloso, apoiadas por amigos, vendedores de medicamentos abortivos e ervas, além das pessoas que realizam o aborto de forma clandestina em suas casas.” (SOUZA et al., 2010, p.735). Esse caminho geralmente “[...] inicia-se com o uso de chás, seguidos de medicamentos adquiridos de forma ilegal e utilização de sondas inseridas por pessoas leigas, que as orientam a procurar a maternidade quando ocorrer hemorragia.” (SOUZA et al., 2010, p.736). Por outro lado, o índice de 7,3% de abortos provocados obtido em nossa pesquisa está consideravelmente abaixo

da pesquisa mais recente da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, quando essa porcentagem foi de 16%. Porém, para a equipe que participou da realização das entrevistas na nossa pesquisa, ficou subentendido que muitas mulheres, provavelmente, provocaram aborto, mas sem admiti-lo nas entrevistas. Em alguns casos, aliás, a revelação sobre o aborto só aconteceu depois que outras pessoas da família ou amigas, presentes na entrevista, **lembraram** as entrevistadas desse evento em suas vidas.

Não se há de esquecer que o aborto provocado só é permitido no Brasil em caso de risco de morte para a gestante, ou de uma gravidez resultante de estupro, constituindo-se como crime fora desses parâmetros. Para além dos constrangimentos morais e religiosos, isso é razão suficiente para não se revelar, principalmente para estranhas, tê-lo praticado. Mas, ficará para todas na lembrança o relato de uma jovem que, além de ter que lidar com o abandono do namorado e com o medo de enfrentar a família numa situação de gravidez fora de uma união estável, foi vítima de toda sorte de violência institucional por parte da maternidade na qual foi atendida – uma história que, conforme se verifica em estudos recentes sobre o aborto em Salvador ainda parece ser comum para muitas jovens nesta cidade:

As falas das mulheres que procuram os hospitais em situação de abortamento revelam, em muitos casos, a falta de humanização da atenção, a precariedade das condições físicas dos equipamentos de saúde, o descaso com a sua situação de vulnerabilidade no momento do aborto, indicando o preconceito e a discriminação com que são tratadas quando buscam esses serviços. São comuns relatos de maus tratos, como a realização de curetagens sem anestesia, longo tempo de espera para serem atendidas, culpabilização e falta de diálogo que permita às mulheres revelarem seus medos e necessidades (IM AIS, 2008, p.22).

Algumas considerações finais

Neste trabalho, pretendi discutir práticas sexuais, contraceptivas e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador, com base nos dados quantitativos obtidos na pesquisa realizada no Subúrbio de Plataforma, e à luz de considerações sobre o exercício da sexualidade feminina na modernidade. Preocupou-me, em especial, identificar em que medida as mulheres de Plataforma, dentro de uma perspectiva geracional, expressam novos valores e atitudes em relação à sua vida sexual, que possam ser entendidos como parte de um processo de empoderamento das mulheres na Bahia através das gerações.

Creio que os resultados aqui discutidos nos trazem indícios, tanto da assimilação dos novos discursos e práticas sobre sexualidade feminina, quanto da permanência de normas e valores tradicionais, sobretudo no que diz respeito aos recortes geracionais. De fato, viu-se aqui que as mulheres mais jovens, na faixa dos 15 aos 29 anos, que alcançaram, em média, maior grau de escolaridade do que as mulheres do bairro, aproximam-se dos grupos de jovens das pesquisas nacionais no tocante às novas práticas sexuais e contraceptivas. Da mesma forma, as mulheres na faixa seguinte, dos 30 aos 49 anos, apesar do seu menor grau de escolaridade como um todo, também professam valores e práticas não muito distantes das mulheres das camadas médias das pesquisas nacionais.

Em verdade, como já se era de esperar, é entre as mulheres nas faixas superiores, particularmente entre as mais idosas, que se mostram ainda fortes os valores e costumes ditos tradicionais no que se refere à sexualidade feminina. Assim mesmo, quando se considera que elas representam a geração das jovens, menos instruídas, na pesquisa realizada pela revista **Realidade**, podemos observar possíveis mudanças intrageracionais, processadas ao longo das últimas décadas. Em destaque está o fato de que, ao contrário das mulheres caracterizadas naquela pesquisa dos anos 1960, as mulheres nas faixas etárias mais velhas do nosso estudo em Plataforma falam de sexo, até mesmo de orgasmo e masturbação, com maior liberdade, e denotam maior autonomia em relação a seus parceiros do que as jovens de semelhantes condições de classe daquele estudo. Por certo, em todas as faixas de nossa pesquisa, as mulheres que dizem professar religiões evangélicas se revelam como as mais **tradicionais** em termos do exercício da sexualidade feminina, aproximando-se, independente da idade, das mulheres reveladas na pesquisa de **Realidade**.

Torna-se difícil, porém, definir com clareza se no tocante às demais estamos, de fato, assistindo a um processo de empoderamento de mulheres das camadas populares no tocante ao exercício da sexualidade. Se, por um lado, mudanças no sentido da incorporação de novas práticas que refletem maior liberdade sexual das mulheres parecem bastante sensíveis, por outro lado, novos imperativos, como a obrigatoriedade do orgasmo feminino no mundo moderno, se colocam como dispositivos de controle da expressão sexual feminina. Não é, pois, ao acaso que a cena do filme **Harry & Sally – Feitos um para o outro**, de 1989, na qual a atriz Meg Ryan simula um orgasmo delírico na mesa de uma lanchonete de *fastfood*, é uma das preferidas do público feminino. Nesse tocante, é importante considerar as observações de Maria Luiza Heilborn e Cristiane Cabral:

Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade que caracteriza a sociedade ocidental contemporânea não implica endossar a idéia de uma total transformação nos padrões de comportamento e, sobretudo, nas relações entre sexualidade e gênero e na assimetria que elas comportam. Embora uma atenção crescente em torno da sexualidade tenha se presentificado, isso tampouco significa que vigore um livre exercício da atividade sexual. Ela está sempre condicionada por constrangimentos e demarcações sociais e culturais (HEILBORN; CABRAL, 2006, p.361).

De fato, não vigora entre nós um “livre exercício da atividade sexual”, sobretudo no que se refere aos constrangimentos – ou mesmo terríveis sacrifícios – impostos às mulheres que se vêem na situação em que, por razões diversas, não podem dar continuidade a uma gravidez. Os constrangimentos e sacrifícios são tanto maiores quanto menores forem as condições financeiras das mulheres nessa situação, não sendo poucas as que acabam pagando com a própria vida. Esse é o fim de, pelo menos, uma dessas mulheres por mês na Cidade de Salvador, a Bahia de Todos os Santos e Orixás.

SEXUAL PRACTICES, CONTRACEPTION AND VOLUNTARY ABORTION AMONG WOMEN OF THE WORKING CLASSES IN SALVADOR

ABSTRACT: *In this article, we reflect upon sexual practices, contraception and voluntary abortion among low-income women from Salvador based on the results of a survey conducted to identify and analyze processes of women's empowerment. This involves making strategic decisions and, as such, taking greater control over their bodies and lives. While following this notion of empowerment, we sought to learn how (353) women of different generations residing in Plataforma, in the outskirts of the city, identify and have made use of the resources and conditions at hand to make strategic choices. In this discussion, we limit ourselves to analyzing quantitative data on women's sexual and reproductive lives by focusing on: a) age at first sexual relation; b) number of partners; c) importance of sex and orgasm to women; d) habit of masturbation; e) safe sex; f) contraceptive methods; and g) voluntary abortion.*

KEYWORDS: *Empowerment and sexual practices. Contraception and voluntary abortion. Women of the working classes. Bahia.*

Agradecimentos

Este artigo é uma versão abreviada do trabalho apresentado à Conferência ‘Pathways of Women’s Empowerment: What are we Learning?’ (Cairo, Egito, 18-25 janeiro 2009). Trata-se de um produto do “Pathways of Women’s Empowerment Research Program Consortium”, desenvolvido, na Bahia, sob a coordenação do NEIM/UFBA, com o apoio do Department of Foreign International Development – DFID, da Grã-Bretanha, por intermédio do Institute of Development Studies – IDS, da University of Sussex. Agradeço à Andrea Cornwall, coordenadora geral do Programa, às companheiras do NEIM/UFBA, pelo constante apoio e incentivo, e às jovens integrantes da pesquisa em Plataforma, sem as quais este trabalho não teria sido possível: Fernanda Capibaribe e Carolina Santana, co-coordenadoras; e Deborah Oliveira, Daniela Oliveira, Fabiana Almeida, Fabiana Rocha, Liv Lobo, Mariana Cruz Fonseca, Raquel Oliveira e Sheila Rodriguez, bolsistas de iniciação científica.

Referências

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BOZON, M.; HEILBORN, M. L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M.L. et al (Org.), **O aprendizado da sexualidade**. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p.156-206.

CHACHAM, A. S.; MAIA, M. B. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.75-86.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. **Pesquisa de opinião**, São Paulo, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 25 ago.2011.

GARCIA, O.; MINELLA, L; GROSSI, M. Vida sexual de mulheres heterossexuais: uma abordagem de gênero. In: GROSSI, M.; LAGO, M.; NUERNBERG, A. (Org.). **Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2010. p.307-343.

GROSZ, E. **Volatile bodies**: toward a corporeal feminism. Bloomington: Indiana University, 1994.

HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. As trajetórias homo-bissexuais. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamont, 2006. p.364-397.

HITE, S. **O relatório Hite**: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. 10.ed. São Paulo: Difel, 1980.

INSTITUTO MULHERES PELA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E AOS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS [IMAI]. **A realidade do aborto inseguro na Bahia**: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana. Salvador, 2008.

KABEER, N. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, [S.l.], v.30, n.3, p.435-464, 1999.

KINSEY, A. et al. **Conduta sexual da mulher**. Rio de Janeiro: Ateneu, 1954.

LOYOLA, M. A. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.875-899, jul.-ago. 2003.

MASTERS, W.; JOHNSON, V. **O vínculo do prazer**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

MENEZES, G. **Aborto provocado na juventude**: desigualdades sociais no desfecho da primeira gravidez.. 2006. 186f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MOTT, L. **Teoria antropológica e sexualidade humana**. Bahia: Departamento de Antropologia / UFBA, [2007]. Disponível em: <<http://www.antropologia.ufba.br/artigos/teoria.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

NECKEL, R. A. Ciência sexual moderna e a verdade sobre o sexo. In: MINELLA, L.; FUNCK, S. (Org.). **Saberes e fazeres de gênero**: entre o local e o global. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p.161-176.

NECKEL, R. **Pública vida íntima**: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. 264f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

REALIDADE. A mulher brasileira hoje. **Revista Realidade**, São Paulo, ano 1, n.10, p.20-28, jan. 1967.

SARDENBERG, C. Family, households and women's empowerment in Bahia, Brazil, through the generations: continuities or change? **IDS Bulletin**, [S.l.], v.41, n.2, p.88-96, 2010.

_____. Liberal vs liberating empowerment: a latin american feminist perspective on conceptualising women's empowerment. **IDS Bulletin**, [S.l.], v.39, n.6, p.18-27, 2008.

_____. **In the backyard of the factory: gender, class, power, and community in Bahia**. 1997. 411f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Boston University, Boston, 1997.

SARDENBERG, C.; CAPIBARIBE, F.; SANTANA, C. Tempos de mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, Florianópolis, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. p.01-07. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Sardenberg-Capibaribe-Santana_29.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

SARDENBERG, C.; GONÇALVES DA SILVA, T. Enabling urban poor livelihoods policy making: understanding the role of energy services. **Country report for the Brazil project (DFID KaR project R8348)**. Salvador: NEIM/UFBA:Winrock, 2006.

SOUZA, Z. et al. Trajetória de mulheres em situação de aborto provocado no discurso sobre clandestinidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.23, n.6, p.732-736, 2010.

VANCE, C. S. A. Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.7-31, 1995.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Recebido em: 20/09/2011

Aprovado em: 29/10/2011